



# PLENÁRIO 7

Boletim informativo da Comissão de Seguridade Social e Família

Brasília, 20 de junho de 2007

Ano 1 - número 15

## Seguridade vai discutir projeto que descriminaliza o aborto

A Comissão de Seguridade Social e Família vai realizar, na próxima quarta-feira (27), audiência pública para debater o Projeto de Lei 1135/91, de autoria dos ex-deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling, que descriminaliza o aborto provocado pela própria gestante ou com o seu consentimento. Atualmente, a legislação prevê, para esses casos, pena de detenção de um a três anos.

Participarão do evento o coordenador do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal do Ministério da Saúde, Adson Roberto França; a coordenadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns; a ex-deputada Jandira Feghali; e a médica ginecologista Marli Virgínia Macedo Lins e Nóbrega.

O deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), relator da matéria, ressalta que milhares de mulheres interrompem, anualmente, a gravidez de forma clandestina, expondo-se a sérios problemas de saúde e mesmo à morte. Mudalen acrescenta que a grande meta a ser perseguida é a legitimidade da discussão. Por este motivo, a transparência e a amplitude do debate vão nortear o trabalho da Comissão de Seguridade Social e Família - o que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados permite e incentiva. "E temos certeza de que é este o objetivo do conjunto de parlamentares não só desta Comissão,

mas de toda a Casa", avalia.

### Autores

Na ocasião de apresentação do projeto, Eduardo Jorge e Sandra Starling apontaram a necessidade de atualizar o Código Penal, adaptando-o aos valores e necessidades do mundo atual. Na avaliação dos autores, a mulher entrou no mercado de trabalho e passou a conciliar o emprego assalariado com a atividade doméstica, em condições desfavoráveis. Essas mulheres, a maioria de classe baixa, submetem-se a

abortos realizados em condições inadequadas, que podem levar à morte. "É absolutamente desnecessário e desumano querer aplicar penalidade a uma pessoa que já foi forçada a submeter-se a tamanha agressão. A gestante, quando provoca aborto em si mesma ou permite que outro o faça, está tomando uma providência extrema que a violência física, mental e, com frequência, moralmente", afirmaram na justificativa do projeto.

A audiência vai acontecer no Plenário 7, às 9:30 horas.

### O aborto no Brasil

Existe grande número de argumentos contra e a favor da legalização. De morais, políticos, jurídicos e religiosos a biológicos e tecnológicos.

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão defende a necessidade do debate sobre a legalização do aborto. Dados do Sistema Único de Saúde (SUS) encorajou o ministro a propor a revisão da legislação que proíbe o aborto no Brasil. Na avaliação de Temporão, o aborto clandestino é um problema de saúde pública.

As estatísticas não conseguem responder quem são as mulheres que se submetem a aborto, por que e como fazem. Para alguns atores deste enredo o Estado tem a responsabilidade de incentivar e esclarecer sobre a sexualidade responsável. Segundo eles, o aborto é uma decisão tomada quando as outras formas de planejamento familiar e métodos contraceptivos falharam.

Dados do Ministério da Saúde reforçam esta tese. A maioria dos municípios brasileiros não dispõe de métodos contraceptivos adequados. Segundo a pesquisa, somente 53% dos municípios oferecem camisinha, e 47% pílula.

GILBERTO NASCIMENTO



### Chat - Agência Câmara

Na última quarta-feira (13), o deputado Jorge Tadeu Mudalen participou de bate-pago na Agência Câmara. Ele respondeu perguntas dos internautas interessados no assunto. A maioria dos internautas expressou opiniões contrárias à descriminalização do aborto. As perguntas feitas ao deputado tiveram embasamentos políticos, econômicos, sociais e religiosos. "Vossa Excelência acha correto desrespeitar os mandamentos de Deus?" perguntou, por exemplo, um dos participantes. Outros afirmaram que o Brasil tem outras prioridades, inclusive de saúde pública, neste momento. Também houve perguntas pessoais ao deputado. Uma das internautas quis saber se Mudalen, que é evangélico, apoiaria o que chamou de crime. A todos Mudalen respondeu que o assunto precisa ser debatido.



# Paciente com câncer de próstata poderá ter garantido o acesso gratuito a medicamentos

Encontra-se na Comissão de Seguridade Social e Família o Projeto de Lei 283/07, do deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), que garante ao paciente diagnosticado com câncer de próstata o acesso gratuito à medicação que for prescrita para o seu tratamento. De acordo com o texto, caberá aos gestores de Saúde a padronização da medicação.

Em 2001, foi criado o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, gerido pelo Ministério da Saúde, em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. O programa deve promover a prevenção, o diagnóstico e o tratamento do câncer de próstata em todos os seus



Rafael Guerra

estágios evolutivos. Dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca) do Ministério da Saúde revelam que ocorrem cerca de 47 mil casos de câncer de próstata no País a cada ano. Entre 1979 e 2004, segundo

dados do Instituto, houve aumento de 95,48% na taxa de mortalidade por essa doença.

Segundo Rafael Guerra, quando o paciente chega ao hospital público, consegue fazer o diagnóstico da doença. Entretanto, dentro do arsenal de opções terapêuticas, o médico prescreve um medicamento, que nem sempre está ao alcance dos pacientes. “Os Estados e Municípios passam por uma grave crise no financiamento da Saúde. Então, precisamos adequar a legislação nos moldes dos programas de tratamento da diabetes e da Aids, desenvolvidos pelo Ministério da Saúde, que prevêem a distribuição gratuita de medicamentos de

prescrição padronizada”, ressaltou Guerra. O PL prevê que as despesas decorrentes da implementação desta proposta serão financiadas com recursos do orçamento da seguridade social.

Relator da matéria, o deputado Bispo Ge Tenuta (PT-RJ) destaca que o Estado não garante a integralidade da assistência médica prevista pela Constituição Federal, que determina o atendimento a todas as doenças, incluindo a assistência farmacêutica. Diante do alarmante índice de crescimento nos diagnósticos de câncer de próstata, o deputado Tenuta apresentou parecer pela aprovação da matéria.

## Comissão debaterá promoção integral na área de Saúde

A Comissão de Seguridade Social e Família promoverá, nos dias 14 e 15 de agosto, o II Fórum de Promoção Integral na Área de Saúde. O evento contará com o apoio dos Conselhos Federais de Saúde.

Segundo o autor do requerimento, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), o objetivo é reunir profissionais de saúde, usuários, representantes de classe, docentes, discente, pesquisadores, gestores e todos os interessados em participar das discussões sobre a emergência de políticas de enfrentamento das questões de saúde da população brasileira. “A programação foi construída na perspectiva de possibilitar a todos os segmentos da sociedade apresentem ações que promovam a saúde e discutir estratégias para alcançá-las”, ressaltou Guerra.

O evento será realizado no auditório Freitas Nobre,

anexo IV, da Câmara dos Deputados. As inscrições podem ser feitas gratuitamente no portal da Câmara ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)) até o início do fórum.

Previsto para começar às 9:30 horas, o evento será composto por quatro painéis integrados por representantes do Executivo, parlamentares, gestores de saúde e o coordenador do Fórum dos Conselhos Federais da Saúde.



### Programação



**DIA 14**

**10:00 às 12:30 horas**

“Integralidade nas ações de promoção de saúde sob a ótica do controle social”

**Coordenador:** deputado Jorge Tadeu Mudalen (Dem-SP)

**14:00 às 17:30 horas**

“Atenção à saúde nos ciclos de vida: promoção e prevenção”

**Coordenador:** Conselheiro do Conselho Federal de Medicina Alceu José P. Pimentel.

**DIA 15**

**9:30 às 12:00 horas**

“Orçamento e Financiamento para as ações de promoção na saúde: desafio para a verdadeira integralidade”

**Coordenadora:** representante do Conselho Federal de Enfermagem.

**13:30 às 15:45 horas**

“Formação e Educação Permanente: condição de excelência para integralidade no SUS”

**Coordenadora:** presidente do Conselho Federal de Nutricionistas, Nelcy da Silva.

## EXPEDIENTE

### COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: **Jorge Tadeu Mudalen (PFL-SP)**  
1º Vice-Presidente: **Alceni Guerra (PFL-PR)**  
2º Vice-Presidente: **Ribamar Alves (PSB-MA)**  
3º Vice-Presidente: **Cleber Verde (PAN-MA)**

**Secretário da Comissão:** Wagner Padilha  
**Fones:** (61) 3216-6784 - 3216-6785 - 3216-6787  
**Produção, Edição e Diagramação:**  
Antonio Júnior - (61) 3216-6783

**Endereço:** Câmara dos Deputados - Anexo II Pav. Superior, Ala A, Sala 143

**Endereço eletrônico:** <http://www.camara.gov.br/comissoes/permanentes/cssf>

**E-mail:** [cssf@camara.gov.br](mailto:cssf@camara.gov.br)

# Integrantes da Comissão cobram do governo a regulamentação da Emenda 29

A reunião ordinária desta terça-feira (19) começou com os integrantes da Comissão de Seguridade Social e Família cobrando do governo a continuidade da discussão em busca de um consenso sobre a regulamentação da Emenda 29 - que define mais verbas para a Saúde.

O deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) destacou que mais uma vez o governo não cumpre o que promete. Ele lembrou que, durante reunião com integrantes da Comissão, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, assumiu o compromisso de ser interlocutor da discussão da regulamentação entre o Congresso e o Executivo. O PLP 1/2003, que regulamenta a Emenda 29 está pronto



Darcísio Perondi

para ser votado pelo Plenário da Câmara. Perondi observou que ficaram agendadas reuniões semanais, o que não vem ocorrendo. "Fizeram somente as duas primeiras reuniões, e nas últimas quatro semanas as reuniões não aconteceram. O tempo está passando, e a

LUIS ALVES

discussão continua parada e a crise na Saúde só aumenta", reclamou Perondi.

Em resposta ao deputado Perondi, o presidente da Comissão, deputado Jorge Tadeu Mudalen (Dem-SP), informou que terá audiência, nesta quarta-feira (20), com o ministro Paulo Bernardo para dar continuidade à construção de um consenso que possa resultar na regulamentação da Emenda 29.

O deputado Acélio Casagrande informou aos parlamentares que, nesta quarta-feira (20), a Comissão de Finanças e Tributação poderá votar requerimento que convida os ministros da Casa Civil; da Fazenda; da Saúde; e do Planejamento, para discutirem a regulamentação da Emenda 29.

## Seguridade aprova preferência para acesso a eventos

Após a discussão sobre a regulamentação da Emenda 29, a Comissão aprovou dez projetos de lei. Entre eles, o Projeto de Lei 1212/03, do deputado Luiz Bittencourt (PMDB-GO), que assegura tratamento preferencial aos idosos, portadores de deficiência e gestantes na compra de ingressos e no acesso a eventos culturais, artísticos e desportivos.

O relator na comissão, deputado Jofran Frejat (PR-DF), defendeu a aprovação da medida ao ressaltar que o PL traz importante contribuição à legislação de proteção aos interesses e aos direitos de idosos e portadores de deficiência, inserindo-os de forma efetiva no cotidiano da sociedade brasileira. O projeto será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Neilton Mulim

### Vítimas de violência

Outro item aprovado foi o Projeto de Lei 123/07, do deputado Neilton Mulim (PR-RJ), que cria novas normas para o atendimento, em hospitais e centros de saúde, de mulheres vítimas de violência. De acordo com a proposta, o atendimento oferecido pelo Serviço Único de Saúde (SUS) deverá prever cobertura de cirurgia plástica em caso

GILBERTO NASCIMENTO

de lesões ou seqüelas resultantes de agressão física.

O projeto prevê a formação de equipes de especialistas em cirurgia plástica, distribuição de medicamentos durante os períodos pré-operatório e pós-operatório e o encaminhamento do paciente a clínicas especializadas caso haja necessidade de complementar o tratamento.

Segundo o autor do projeto, a maior parte das mulheres vítimas de agressão não possui condições socioeconômicas para realizar tratamento em casos de seqüelas, como cortes profundos e queimaduras. "O projeto procura, assim, devolver a dignidade à mulher lesionada e dar-lhe conforto psico-emocional", ressalta. O projeto será analisado agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

### Prevenção da Aids

Outro item aprovado foi o substitutivo ao Projeto de Lei 5522/05, do deputado André de Paula (Dem-PE), que torna obrigatória, para hospitais e maternidades públicos e privados, a oferta às parturientes de medidas para prevenir a transmissão do vírus da Aids aos filhos. De acordo com o substitutivo aprovado, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), entre outras mudanças, acaba com a obrigatoriedade do consentimento da parturiente para a adoção das medidas de transmissão vertical do HIV durante o parto.

O projeto será analisado agora pela de Constituição e Justiça e de Cidadania.

### Inclusão Social

A Comissão aprovou também o Projeto de Lei 6802/06, do Senado Federal, que cria o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua. O objetivo da proposta é dar assistência, oportunidades de qualificação profissional e condições para inclusão social de pessoas com renda inferior à linha de pobreza, que não tenham casa e durmam em abrigos ou nas ruas.

O programa será baseado em convênios entre a União, o Distrito Federal e os Municípios e o financiamento será com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Nos primeiros meses, os recursos do programa serão usados em ações que beneficiem populações de municípios ou localidades - urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas - que apresentem insuficiência de renda.

O projeto será analisado agora pela comissão de Finanças e Tributação.

# Programa de medicamentos de alto custo sobrecarrega Estados e Municípios

Integrantes da Comissão de Seguridade Social e Família reuniram-se, no último dia 12, para discutir o Programa de Distribuição de Medicamentos de Alto Custo, do Ministério da Saúde. Os deputados observaram que a participação dos Estados e Municípios no financiamento do programa é superior ao estimado pelo Governo Federal. Outro ponto destacado pelos parlamentares são as medidas judiciais decorrentes da desatualização da lista de medicamentos. Em alguns casos, elas resultam em compras emergenciais, que comprometem 100% da verba destinada a medicamentos excepcionais pelos Estados e Municípios. A audiência foi requerida pelos deputados Leonardo Vilela (PSDB-GO) e Rafael Guerra (PSDB-MG).

Segundo a representante da diretoria do Conselho Nacional de Secretários Municipais Aparecida Linhares Pimenta, os Municípios foram os entes que mais aumentaram os gastos com Saúde, chegando a 20% do orçamento próprio, superior aos 15% previstos na Emenda 29. Aparecida destacou a necessidade de uma interlocução com o Ministério Público a respeito dos mandados judiciais.



Leonardo Vilela



Participação dos Estados e Municípios no financiamento do programa é superior ao estimado pelo Governo

Segundo ela, muitos secretários municipais estão com prisões decretadas por não cumprirem determinações judiciais de compra de medicamentos - entre eles medicamentos que não foram liberados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para uso comercial. "O Ministério Público não pode autorizar a compra de medicamentos que não tenham completado todo o rito de comprovação de sua eficácia e eficiência científica", entende Aparecida.

## Integralidade

Ex-secretário de Saúde de Minas Gerais, de 1995 a 1998, o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG) lembrou que Programa de Distribuição de Medicamentos de Alto Custo era integralmente financiado pelo governo federal. Ele afirmou que a diminuição

da participação federal no programa tem empurrado para os estados um custo incompatível com a atual distribuição de receitas. Guerra lembrou a Aparecida que a integralidade, prevista na Constituição, inclui o medicamento excepcional. "O juiz entende assim. Se eu estivesse no lugar dele, agiria da mesma forma. Eles não podem esperar, quando se trata da saúde da população", ressalta Guerra.

O diretor do departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Dirceu Barbano, explicou que o programa tem como prioridade garantir a integralidade da assistência médica prevista pela Constituição Federal, que determina o atendimento a todas as doenças, não só

as de assistência básica. Barbano ressaltou a evolução do gasto com o programa, que distribui 103 princípios ativos, em 218 apresentações. Segundo ele, o Sistema Único de Saúde (SUS) gastou, em 2002, R\$ 462 milhões, e que a previsão para este ano é de R\$ 1,785 bilhão. Com a participação dos estados, os recursos chegam a R\$ 3,5 bilhões ao ano.

## Morosidade

O representante da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma) Antonio Carlos Salles criticou a morosidade do Ministério da Saúde na avaliação de novas tecnologias dos fabricantes de medicamentos. Ele lembrou que, entre 2002 e 2006, o programa ficou praticamente paralisado. Salles entende que a competição é a melhor forma de controle de custos. Segundo ele, a não inclusão de novos medicamentos cria uma forma de reserva de mercado para os medicamentos que fazem parte da lista. "Até o ano passado havia um único medicamento disponível no programa para o tratamento da artrite reumatóide. Com a liberação de dois novos medicamentos, foi restabelecida a competição, permitindo um custo menor para o programa", ressaltou.

## Modelo de financiamento e gestão

O deputado Leonardo Vilela (PSDB-GO) ressaltou que os dispositivos constitucionais, por si só, não garantem o acesso universal e igualitário da população brasileira a uma saúde pública de qualidade. Entre os problemas existentes, está o difícil acesso da população aos medicamentos excepcionais ou de alto custo cedidos pelos Estados, pelos Municípios e pela União. "Vários secretários de Saúde de meu Estado afirmam que um de seus maiores problemas é o financiamento dos programas de distribuição de medicamentos", afirmou. Ele observou que a União hoje concentra, cada vez mais, os recursos em suas mãos, e, ao mesmo tempo, aumenta a responsabilidade de estados e municípios. Vilela afirmou que o atual modelo está exaurido. "A gestão dos recursos está sendo mal executada. Mais importante do que aumentar recursos é melhorar a gestão na área de compras e padronização de preços", defende o deputado.